



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

PEDRO AUGUSTO BARBOSA HERMINIO

**SOB A SOMBRA DA ÁRVORE FRONDOSA: UM ESTUDO SOBRE O
PATRIMÔNIO MATERIAL E SUA PRESERVAÇÃO NA CIDADE DE
JUAZEIRINHO-PB**

CAMPINA GRANDE – PB

2024

PEDRO AUGUSTO BARBOSA HERMINIO

**SOB A SOMBRA DA ÁRVORE FRONDOSA: UM ESTUDO SOBRE O
PATRIMÔNIO MATERIAL E SUA PRESERVAÇÃO NA CIDADE DE
JUAZEIRINHO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Estadual da Paraíba - Campus I, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História, como cumprimento aos requisitos à obtenção do título de graduado em Licenciatura plena em História.

Área de concentração: História, Patrimônio histórico e Memória.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luíra Freire Monteiro.

CAMPINA GRANDE – PB

2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

H554s Herminio, Pedro Augusto Barbosa.

Sob a sombra da árvore frondosa [manuscrito] : um estudo sobre o patrimônio material e sua preservação na cidade de Juazeirinho-PB / Pedro Augusto Barbosa Herminio. - 2024.

54 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro, Coordenação do Curso de História - CH. "

1. Memória. 2. Patrimônio histórico. 3. História local. 4. Juazeirinho - Paraíba. 5. Identidade cultural. I. Título

21. ed. CDD 363.69

PEDRO AUGUSTO BARBOSA HERMINIO

**SOB A SOMBRA DA ÁRVORE FRONDOSA: UM ESTUDO SOBRE O
PATRIMÔNIO MATERIAL E SUA PRESERVAÇÃO NA CIDADE DE
JUAZEIRINHO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
(TCC) da Universidade Estadual da
Paraíba - Campus I, apresentado ao
curso de Licenciatura Plena em
História, como cumprimento aos
requisitos à obtenção do título de
graduado em Licenciatura plena em
História.

Data de aprovação: 28/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br LUIRA FREIRE MONTEIRO
Data: 28/06/2024 17:53:31-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Luíra Freire Monteiro
Universidade Estadual da Paraíba

Josenildo Marques da Silva

Prof. Dr. Josenildo Marques da Silva
Universidade Estadual da Paraíba

Documento assinado digitalmente
gov.br ERIK MANOEL FARIAS DE BRITO
Data: 01/07/2024 18:15:44-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Erik Brito
Universidade Estadual da Paraíba

Aos meus pais, que sempre zelaram por mim, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus, todo poderoso, Ele que é o detentor de toda sabedoria e ciência, por ter me concedido a inteligência, paciência e sabedoria, para enfrentar os desafios e problemas durante os quase cinco anos de graduação. À Nossa Senhora, a onipotência suplicante, por sempre atender as minhas súplicas e pedidos, através da oração.

Aos meus pais, Iranir e Marilene, por tudo que fazem por mim, pela paciência e ajuda nos momentos que exigiam mais minha atenção, pela alegria e comemoração nas conquistas que obtive durante esse período. Eles foram e são os maiores incentivadores para que eu realize todos os meus sonhos e objetivos. Sem eles nada disso seria possível.

Aos meus amigos que sempre torceram e me incentivaram a ingressar na vida acadêmica. Em especial, aos meus primos historiadores, Gilvan Júnior e Mirelle Neres, pelas conversas, dicas, materiais doados (apostilhas e textos passados em sala) e por ter me introduzido ao tema de preservação do patrimônio histórico de Juazeirinho, compartilhando suas preocupações com a história de nossa cidade.

Ao professor Dr. Josenildo Marques, pelos ensinamentos e cuidados, sempre que nos encontrávamos em Juazeirinho ou na UEPB, me perguntava como estava a graduação, oferecendo sua ajuda no que fosse necessário. Sua iniciativa em pesquisar sobre a história de Juazeirinho, e propagá-la pelas redes sociais, muito me ajudou em minha pesquisa, com a utilização e resgate de fotos e fatos antigos, muitas vezes ocultos ao público.

Aos meus amigos, que fiz durante esses anos de graduação, que me fizeram perceber que é possível ir contra a corrente, que é possível crescer intelectualmente em meio a um mundo que despreza a vida intelectual em detrimento ao imediatismo de expressar opiniões a cada acontecimento. À Hemmyly Santos, Wellington Silva e Gisela Barbosa, que me fizeram crescer academicamente, cada um com seu jeito particular, muito obrigado.

À minha orientadora, professora Dr.^a Luíra Freire Monteiro, um exemplo de historiadora a ser seguido, por me apresentar a história local como peça fundamental

na construção histográfica, além de nos apresentar uma História da Paraíba que muitas vezes não nos é ensinada no ensino regular. Por seu exemplo, palavras, ensinamentos, preocupações e incentivos, muito obrigado.

Por fim, a todos que contribuíram direta e indiretamente, durante esse processo formativo, no qual poderia citar muitas pessoas, externo aqui minha gratidão.

“Há de se notar que um indivíduo, vivendo em sociedade, constitui de certo modo uma parte ou um membro desta sociedade. Por isso, aquele que faz algo para o bem ou para o mal de um de seus membros atinge, com isso, a toda a sociedade”.

(Santo Tomás de Aquino)

RESUMO

O município de Juazeirinho, que fica localizado no interior da Paraíba, fundado no ano de 1913, possui um patrimônio material que se encontra em péssimas condições de preservação. Neste contexto, o presente trabalho visa analisar a importância da preservação do patrimônio histórico na construção da memória individual e coletiva, fundamentando-se nos conceitos de Nora (1993), Pollack (1989), Halbwachs (1990) e LeGoff (1985). Além disso, examinamos a preservação do patrimônio histórico do município de Juazeirinho – PB, que atualmente carece de cuidados tanto por parte das autoridades quanto dos próprios cidadãos, e sua influência na construção identitária dos juazeirinhenses, traçando uma análise cronológica desde o surgimento das primeiras leis de preservação no Brasil até os dias atuais.

Palavras-Chave: Memória; Patrimônio Histórico; Identidade Cultural; Juazeirinho-PB.

ABSTRACT

The municipality of Juazeirinho, located in the interior of Paraíba, founded in 1913, has material heritage that is in poor preservation conditions. In this context, the present work aims to analyze the importance of preserving historical heritage in the construction of individual and collective memory, based on the concepts of Nora (1993), Pollack (1989), Halbwachs (1990) and LeGoff (1985). Furthermore, we examined the preservation of the historical heritage of the municipality of Juazeirinho – PB, which currently lacks care from both the authorities and the citizens themselves, and its influence on the identity construction of the people of Juazeirinho, tracing a chronological analysis since the emergence of the first laws preservation in Brazil to the present day.

Keywords: Memory; Historical Heritage; Cultural Identity; Juazeirinho-PB.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Praça São José	38
Figura 2- Sobrado de José Felismino	41
Figura 3 - Sobrado de José Felismino atualmente	42
Figura 4 - Igreja Matriz de Juazeirinho	43
Figura 5 - Igreja Matriz de Juazeirinho atualmente	44
Figura 6 - Mercado Público de Juazeirinho	45
Figura 7 - Empório Joazeiro (antigo mercado público), atualmente	45
Figura 8 - Antiga Rodoviária de Juazeirinho	47
Figura 9 - Construção da nova Rodoviária	48
Figura 10 - Colégio Municipal Severino Marinheiro, em 1983	49
Figura 11 - Escola Municipal Severino Marinheiro atualmente	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A PRESERVAÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL	17
2.1 Nacionalismo e modernismo de mãos dadas: a influência de Vargas na preservação histórica	17
2.2 Memória coletiva e individual	21
2.3 Entre linhas e pedras: a sintonia entre Arquitetura, Monumento e Memória	24
3 JUAZEIRINHO: “ÉS A IMAGEM DA ÁRVORE FRONDOSA”	26
3.1 “Foste outrora passagem dos tropeiros”: a Fazenda Joazeiro	26
3.2 “Uma luta composta por paz”: a emancipação	31
4 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE JUAZEIRINHO	36
4.1 A Conexão entre História e Identidade Comunitária de Juazeirinho	37
4.2 Inventário do Patrimônio Histórico de Juazeirinho	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

O conceito abrangente de conservação do patrimônio é cada vez mais visto como uma abordagem holística para a proteção ambiental, que vai além da simples preservação do *habitat* natural, englobando também a proteção do espaço coletivo moldado pela atividade humana ao longo do tempo. Em resposta a essa visão mais ampla, várias normas e diretrizes internacionais têm sido desenvolvidas por organizações comprometidas com a defesa da identidade histórico-cultural. Em especial, organismos como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), entre outros, têm elaborado orientações que enfatizam a importância de preservar tanto a herança natural quanto a cultural da humanidade.

Na política cultural, a defesa e conservação do patrimônio têm uma fundamentação histórica significativa. Diversos monumentos, desde as pirâmides do faraó Quéops até o convento de Mafra e o mais recente Centro Cultural de Belém, ilustram como a arquitetura pode refletir projetos político-culturais específicos de seu tempo. Em outras palavras, a criação desses marcos arquitetônicos muitas vezes representa um instrumento de poder, simbolizando a ideologia e as aspirações de determinada sociedade ou governo em momentos distintos da história.

A garantia da integridade da memória nacional depende de vários preceitos legais que orientam a intervenção urbanística, mas podemos perceber que, principalmente no Brasil, esses instrumentos, até agora, têm sido inadequadamente harmonizados em termos de escopo, objetivos e restrições. Exemplos desses preceitos incluem os regulamentos gerais de edificações urbanas, as zonas de proteção, os planos diretores municipais e os planos regionais de ordenamento integrado do território e do ambiente, entre outros, apoiados pelo inventário metódico do patrimônio cultural nacional¹. A falta de um inventário sistemático e abrangente dos bens culturais nacionais, que deve abranger a Igreja, o Estado e os particulares, conforme uma metodologia unificada e baseada em padrões modernos de rigor, tem sido motivo de crítica e preocupação. Sem essa base de conhecimento clara e

¹ JORGE, Virgolino Ferreira. Patrimônio e identidade nacional. **Revista Engenharia Civil**, v. 9, 2000, p. 5-1.

compreensível, é impossível garantir uma proteção eficaz ao patrimônio. Não se pode proteger aquilo que não se conhece ou compreende.

Deste modo, os verdadeiros desafios estão na integração desses monumentos ao seu contexto histórico singular, em uma escala topológica, sendo eles entendidos como testemunhos materiais do passado, ricos em informações potenciais. Esses monumentos devem manter seu valor de antiguidade, o que significa que não devem ser reconstruídos de modo a perderem sua identidade espacial, nem totalmente renovados com abordagens modernas de cosmética, que muitas vezes se baseiam em um materialismo superficial, mesquinho e desinformado, resultando em uma lógica que pode ser prejudicial. Há um reconhecimento social crescente de que os cidadãos estão mais conscientes do valor histórico e da riqueza etnográfica de seu patrimônio coletivo, elementos que são espelhos e vetores de sua identidade cultural. Essa consciência está gerando uma mobilização comunitária crescente, com uma vontade solidária e uma determinação clara para a tarefa urgente e contínua de proteger e preservar esse patrimônio.

Com essas demonstrações de dinamismo cultural, busca-se preservar para as futuras gerações a frágil existência dos vestígios materiais acumulados ao longo de milênios de história humana e de identidade cultural. Essa abordagem reflete a ideia de estudar para conservar e conservar para legar. Desse modo, uma crescente conscientização do patrimônio, com foco no futuro, deu origem a uma ciência do patrimônio, cuja emergência e relevância epistemológica são evidentes.

Quando comparado com outras áreas das despesas públicas destinadas à Cultura, o campo da conservação do patrimônio histórico-artístico muitas vezes se apresenta como uma flor delicada e carente, subvalorizada no buquê das políticas culturais, necessitando de investimentos mais adequados e, sobretudo, mais equitativamente distribuídos². O Estado, na busca por resultados rápidos e retorno financeiro, não pode confundir desempenho cultural com desempenho econômico, negligenciando sua obrigação e responsabilidade constitucional de defender, salvaguardar e valorizar o patrimônio cultural.

² *Op. Cit.*, pág. 7.

A que se deve, então, essa inércia e estranho desinteresse cívico? Em uma época de transformação generalizada, os recursos públicos destinados à preservação dos bens culturais nacionais, atualmente de caráter comunitário, não são desperdícios ou gastos extravagantes, mas sim investimentos de crucial importância para o futuro do patrimônio. Somente uma manutenção eficaz de nossa herança histórica pode assegurar uma continuidade consciente de nossa identidade nacional, pois a história funciona como memória coletiva. A discussão ético-social sobre esse tema é vital para manter, a longo prazo, as tradições indispensáveis, ao mesmo tempo em que libera forças criativas³.

Em certos aspectos, a conservação do patrimônio monumental tem um valor pedagógico significativo, pois se concentra na proteção do ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos, ao invés de agredi-los. Esse processo qualifica as construções de acordo com suas características formais e históricas, ao mesmo tempo que educa e sensibiliza os cidadãos para uma leitura interpretativa de seus valores estéticos e funcionais. É nesta "escola" de ensino e de estímulo cooperativo à opinião pública, contra todas as formas de incompreensão e ignorância, que se cria um espaço mental e uma dinâmica de ação que promovem o conhecimento e a compreensão do patrimônio cultural. Esse ambiente pedagógico enfrenta novos desafios e gera consequências revitalizadoras para o cotidiano do nosso patrimônio cultural, sustentando a ideia de "educar para participar"⁴.

O objetivo primordial da preservação do patrimônio é a consolidação de marcas culturais. No entanto, nem todos os produtos materiais da história podem ser classificados como monumentos, mesmo que contenham valiosas informações potenciais. Fragmentos preciosos da história humana são permanentemente destruídos; e essa eliminação é necessária, contanto que siga critérios de qualidade, não apenas de idade, já que a atividade diária do homem seria impossível sem o desmonte desses vestígios acumulados, o que ocorre inevitavelmente e de forma contínua evitando a obsessão pela conservação.

Por outro lado, o homem é visto como um ser histórico, cuja identidade é substancialmente vinculada ao que ele expressa nos monumentos, de maneira

³ *Idem*, p. 8.

⁴ *Ibid.* p. 8.

condensada e interativa. O ser humano precisa de continuidade histórica; não pode avançar sem tradição, sem experiência histórica (recursos históricos). Nesse conceito de continuidade histórica ou sentido de tradição, que transcende a mera preservação de monumentos como artefatos culturais antro-po-históricos, encontra-se uma justificação moral para a defesa das peculiaridades da nossa identidade. A memória da História, essencial para o futuro do ser humano como entidade histórica, não pode desaparecer.

O conceito de identidade histórica está intrinsecamente ligado a todas as esferas da moderna preservação do patrimônio, abrangendo desde a tradicional conservação e restauração do patrimônio histórico-artístico até a preservação de monumentos técnicos ou industriais. Esse conceito encapsula a tradição histórica ao incorporar o testemunho e a experiência dos valores estéticos e éticos a ela associados. A preservação da identidade histórica ou tradicional implica, ao mesmo tempo, o reconhecimento da necessidade de continuidade na História, estabelecendo um diálogo criterioso com o moderno. Esse diálogo envolve a adaptação a novos usos, exigências socioculturais e as transformações decorrentes, tudo isso em resposta ao desenvolvimento da ciência e das inovações tecnológicas, que influenciam diretamente a arquitetura e outros aspectos do patrimônio.

A noção de continuidade histórica da identidade nacional implica, em especial, a função crucial de orientação desempenhada pelos monumentos. Esses marcos orientam tanto no contexto territorial quanto na narrativa da história nacional, criando um elo contínuo e dinâmico entre passado, presente e futuro. Neste estudo, discutiremos o patrimônio histórico da cidade de Juazeirinho e sua precária conservação, através dos estudos de Pierre Nora, Maurice Halbwachs, Michael Pollack e Jacques LeGoff. Com base no livro *O Verde do Juazeiro* (2009), escrito pelo Padre João Jorge, que retrata a história do município de Juazeirinho.

No primeiro capítulo, intitulado "A Preservação Histórica no Brasil", analisaremos como surgiram as políticas de preservação em nosso país, focalizando a criação de institutos e leis de proteção. Esta análise será realizada de forma cronológica, para compreender os aspectos políticos que deram origem à preocupação com o patrimônio brasileiro. Serão considerados os estudos de Pierre Nora, Maurice Halbwachs e Michael Pollack sobre memória coletiva e individual, bem

como os impactos que a construção da memória exerce sobre a sociedade. O capítulo encerra com uma reflexão sobre a influência da arquitetura na preservação da memória, com base no conceito de monumento/documento proposto por Jacques LeGoff.

O segundo capítulo é dedicado à história do município de Juazeirinho, na Paraíba, que constitui o foco central de nosso estudo. Intitulado "Juazeirinho: És a imagem da árvore frondosa", este capítulo examina o processo de fundação e desenvolvimento do município. Inicialmente, o estudo se concentra no processo de criação e crescimento da Fazenda Joazeiro, com atenção aos contextos políticos do Brasil à época. Também será analisada a primeira feira e sua importância para o desenvolvimento econômico da vila. Posteriormente, refletimos sobre o processo de emancipação política, traçando uma análise do cenário político vivenciado pelo município em seu processo de crescimento e sua importância na construção da identidade do município.

No terceiro capítulo analisaremos o patrimônio histórico de Juazeirinho e sua precária preservação, refletindo sobre os impactos que a ausência de conservação tem na construção da memória coletiva da cidade. Sob o título: "O patrimônio histórico de Juazeirinho", também exploraremos a inércia da sociedade juazeirinhense diante da falta de políticas de preservação do patrimônio. O capítulo contém um inventário dos principais pontos históricos do município, comparando imagens antigas desses patrimônios com sua condição atual. O objetivo é resgatar a história de cada monumento e destacar sua importância para a construção da identidade social do povo juazeirinhense.

2 A PRESERVAÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL

O patrimônio histórico compreende qualquer bem material, imóvel, móvel ou natural que detenha significado e importância artística, religiosa, cultural, estética ou documental para a sociedade. Estes elementos são produzidos, construídos e legados pelas sociedades do passado, constituindo-se como fonte e objeto de estudo em diversas disciplinas, destacando-se a arqueologia e a história. Diante disso, torna-se imperativa a proteção cultural desses bens mediante a preservação legal e autêntica de suas características.

A preservação do patrimônio é uma prática adotada em alguns países, sendo a UNESCO a entidade responsável pela criação e implementação de leis destinadas à proteção do patrimônio histórico e cultural da humanidade. Como organismo multilateral, fundamenta-se na Convenção do Patrimônio Mundial, estabelecida em 1972, após a Segunda Guerra Mundial, em 1946. A atuação da UNESCO na preservação do Patrimônio Mundial requer a colaboração e iniciativa de cada Estado nacional, a fim de alcançar resultados efetivos nesse importante desafio.

Diante disso, neste capítulo será abordado o surgimento das primeiras leis de preservação do patrimônio histórico brasileiro. Será trabalhado de forma linear, mostrando as motivações e entraves, levando em consideração as formas de governo vigentes em cada período.

2.1 Nacionalismo e modernismo de mãos dadas: a influência de Vargas na preservação histórica

Segundo, Ana Lúcia Goelzer Meira:

Há momentos em comum entre a construção dos conceitos de história e patrimônio. Para ambos é fundamental o surgimento de noções como alteridade e cronologia. E tiveram momentos importantes de afirmação em períodos históricos como o Renascimento, o Iluminismo, a Revolução Industrial, e outros⁵.

⁵ MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico**. História em Revista, v. 10, n. 10, 2004, p. 1.

A Igreja Católica sempre dedicou cuidado à preservação de seus bens materiais e imateriais, como a tradição que remonta aos primeiros séculos, diversas obras, como pinturas, monumentos e escritos, e a reverência às relíquias deixadas pelos santos e pelo próprio Cristo, exemplificadas pelo Santo Sudário e fragmentos do madeiro da Cruz. Contudo, essa preservação era centralizada e limitada a bens de natureza religiosa.

Após a Revolução Francesa, houve uma mudança significativa, onde a responsabilidade pela preservação do patrimônio deixou de ser exclusividade de eruditos e setores específicos da Igreja Católica, passando a ser incumbência do governo. Essa transição ocorreu de maneira contraditória, uma vez que, apesar da busca pela proteção, permitiram-se destruições promovidas por movimentos iconoclastas, contrários à veneração de ícones religiosos.

Apesar dessas contradições, a França estabeleceu um sistema de preservação e gestão que se tornou referência para outros países, incluindo o Brasil. Este adotou a perspectiva de considerar o passado como um bem coletivo e objeto de interesse nacional, assim “dava validade ao presente e o exaltava (...) e intensificou o interesse por salvar relíquias e restaurar monumentos como emblema da identidade, da continuidade e das aspirações comunitárias”.⁶ A partir desse entendimento, surgiram políticas públicas e medidas de gestão para preservação do patrimônio histórico, visando assegurar a proteção desses bens.

No Brasil, a preocupação com a preservação desses bens ganhou destaque nas décadas de 1920 e 1930, impulsionada pelos modernistas e pelo governo de Getúlio Vargas, cujo caráter ideológico nacionalista promoveu uma redescoberta da história, geografia, literatura e demais elementos que explicavam a realidade do país. Segundo Cecília Londres:

No Brasil do início do século XX a preocupação dos modernistas só foi viabilizada porque encontrou um apoio decisivo no governo do Estado Novo: o do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, mineiro e vinculado por afinidades intelectuais e de amizade aos modernistas⁷.

⁶ LOWENTHAL, D. **El pasado es un país extraño**. Madrid: Akal Universitária, 1998. p.7.

⁷ LONDRES, Cecília. **O patrimônio histórico na sociedade contemporânea**. RIHGB, v. 166, 2007, p. 167.

Adotando o paradigma francês de preservação, foi instituído, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), vinculado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde. Mário de Andrade, por meio de um anteprojeto que não foi ratificado, propôs a ideia de que o SPHAN deveria assumir a responsabilidade pela preservação do patrimônio nacional, abrangendo bens arqueológicos, ameríndios, populares, históricos, e manifestações de arte erudita e aplicada. Esse conceito atestava a visão mais abrangente dos modernistas, capaz de incorporar a diversidade nacional.

Atualmente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desempenha o papel de órgão responsável pela preservação e proteção do patrimônio histórico e artístico do Brasil, sucedendo o SPHAN. Sendo assim:

As políticas públicas relacionadas ao patrimônio sempre tiveram a presença hegemônica de arquitetos, tanto no Brasil quanto, de maneira geral, em todos os países ocidentais. (...) Esses técnicos atuam em nome de um interesse coletivo que é, na maioria das vezes, o interesse das classes dominantes manifesto através do Estado⁸.

O Brasil atravessou três fases significativas em relação à preservação de seu patrimônio histórico. A primeira ocorreu durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, denominado Estado Novo e inspirado no modelo nazifascista europeu. Nesse contexto, foi promulgado o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, delineando os bens que o compunham, incluindo os arqueológicos.

Este decreto foi complementado pelo Decreto Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que permitia o cancelamento do tombamento pelo Presidente da República. Posteriormente, a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, sancionada pelo então presidente Ernesto Geisel, estabeleceu a homologação do Ministério da Educação e Cultura, após parecer do respectivo Conselho Consultivo, no processo de tombamento.⁹

Observa-se, em todos esses momentos, a intervenção do Presidente da República, de algum ministro e de um conselho na seleção e instituição dos

⁸ *Op. Cit.* p. 2.

⁹ **Portal da Legislação**, c2024, passim. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>>. Acesso em 14 de fev. de 2024.

patrimônios. Essa intervenção direta impactava diretamente na forma como a história era apresentada e na escolha dos bens a serem preservados, resultando em uma classificação centralizada que priorizava uma única perspectiva, a versão detentora do poder. Isso relegava outras versões a uma posição menos relevante ou as considerava praticamente inexistentes.

Considerando:

As exigências econômicas decorrentes da expansão da espécie humana ameaçam apagar os vestígios das civilizações passadas, e, ao mesmo tempo, o progresso tecnológico cria medidas particularmente eficazes, para que sejam conhecidas as riquezas culturais e para assegurar sua conservação. Passa-se a lutar, desta forma, pela manutenção do patrimônio histórico de uma maneira descentralizada¹⁰.

Surge assim, a necessidade de reconhecer e analisar as diversas facetas de um fato histórico, para que assim o patrimônio seja protegido e reconhecido de maneira correta e gerando a inclusão de vários povos e culturas. Cecilia Londres relata que:

Como a continuidade histórica dos bens culturais imateriais depende da existência de grupos interessados em sua perpetuação, a ação do Estado nesse caso passa necessariamente pelo diálogo com os atores sociais. O entendimento é de que, em se tratando de uma memória viva, a lei é um recurso limitado, e o poder de polícia é um recurso inadequado¹¹.

Diante do exposto, constatamos que inúmeros patrimônios foram e continuam a ser destruídos, uma vez que não recebem a proteção adequada. Isso é especialmente evidente em cidades do interior, as quais frequentemente carecem de patrimônios e, em muitos casos, têm sua história obscurecida pela narrativa dos grandes centros urbanos. No entanto, é imperativo reconhecer que cada situação demanda estratégias específicas de preservação, as quais só se concretizarão mediante formulação e implementação conjunta com as comunidades interessadas.

Para que esses e outros objetivos no mesmo sentido sejam alcançados, é necessário que o trato do patrimônio histórico não se reduza à guarda e à conservação dos bens, nem, por outro lado, se submeta à lógica do espetáculo ou do consumo fugaz. A relação da sociedade com seu patrimônio histórico deve ser de constante interação, de modo a propiciar experiências

¹⁰ CARVALHO, Antônio Carlos de. **Preservação do patrimônio histórico no Brasil: estratégias.** Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Unirio, vol. 4 no 1 – 2011. p.3.

¹¹ *Op. Cit.* p. 169.

ricas e transformadoras. Esse objetivo é muito mais difícil de ser alcançado em um país desigual como o Brasil, onde as carências por bens materiais e simbólicos é imensa, o que leva a distorções graves na relação dos cidadãos com a coisa pública¹².

Surge, assim, a imperativa necessidade de explorar um recurso ainda subutilizado no Brasil, com o objetivo de aproximar a população dos testemunhos de nossa história. Descentralizar, delegar responsabilidades e motivar a sociedade a preservar aquilo que, de fato, lhe pertence configura-se como um desafio preponderante para as políticas de patrimônio neste século. A inclusão das diversas culturas brasileiras e as histórias de seus povos no âmbito da historiografia nacional requer o reconhecimento destes elementos como parte fundamental desse panorama, gerando, assim, a necessidade de proteger esses bens, sejam eles materiais ou imateriais, de maneira descentralizada.

2.2 Memória coletiva e individual

Para Halbwachs as memórias individuais devem servir como ponto de vista na análise da história coletiva,

Assim, os fatos e as ações que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. (...) e é por podermos nos apoiar na memória coletiva dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los¹³.

Porém, não devemos olhar essas memórias e patrimônios apenas como um aspecto nostálgico e imutável, mas sim com um aspecto crítico, ajudando na construção dos saberes, pois, é através dessas memórias que poderemos analisar as motivações e épocas em que foram construídas e assim entender o contexto histórico em que estão inseridos e promover um diálogo entre o passado e o presente, pois, “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações (...) porque essas operações não são naturais.”¹⁴

¹² *Ibid.* p. 171.

¹³ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990. p. 53-55.

¹⁴ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, PUC-SP, n. 10, 1993, p. 13.

Pierre Nora observa que vivemos num processo histórico acelerado, que produz cada vez mais um passado morto, um passado passageiro, a percepção de algo que desaparece.¹⁵ Para o autor, a globalização, a democratização, a popularização, a mediação levou ao colapso da memória: o fim das sociedades da memória, que garantiam os valores, a preservação e difusão da memória; o fim da ideologia da memória, que garantia a passagem normal do passado para o futuro, ou indicava o que deveria ser preservado do passado para preparar o futuro¹⁶.

Portanto, o lugar da memória nasce e existe, a partir da sensação de que: sem memória espontânea, você precisa criar arquivos: “Se o que defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis”¹⁷. Como observa o autor, quanto menos recordação houver internamente, maior será a necessidade de suporte externo. Na concepção do autor, o lugar de memória deve ter diferentes graus de significados materiais, funcionais e simbólicos. Ele cita como exemplo o conceito de geração, importante pelo seu conteúdo demográfico; funcional por sua hipótese, que garante a transparência da lembrança como também a sua transmissão; e por fim a simbólica que define que muitos acontecimentos e experiências vividas por um determinado grupo, caracteriza a memória de uma maioria que não vivenciou esse acontecimento¹⁸.

Em sua observação sobre memória coletiva e memória individual, Halbwachs nos lembra que “apelamos aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma”¹⁹. Assim como sugere Nora:

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar algum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mas ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória.²⁰

¹⁵ NORA, 1993, p. 7

¹⁶ *Idem.* p. 8

¹⁷ *Ibid.* p. 13

¹⁸ *Ibid.* p. 21-22

¹⁹ *Ibid.* p. 27

²⁰ *Ibid.* p. 18

Partindo desta concepção, os sujeitos só têm a capacidade de lembrar quando se assume o ponto de vista de um grupo social específico, assim como Halbwachs afirma:

A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados, nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. [...] Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica²¹.

Pollak observou, em breve sistematização, que a memória, seja individual ou coletiva, é composta por eventos, pessoas e lugares. As experiências são definidas por aquelas vividas individualmente, e aquelas que não vivemos em particular, mas que foi vivenciada pelo grupo a qual pertencemos: assim, tem origem a memória “hereditária”. A memória é também constituída por pessoas, personagens que não são necessariamente do nosso tempo, sobre as quais conhecemos coisas como se as conhecêssemos e ainda lugares ou monumentos e arquivos.

Ele enfatiza que a memória não se limita a uma única vida, é também uma construção coletiva, um fenômeno construído, organizado a partir do presente e parcialmente herdado. Neste aspecto: quando se trata de memória herdada, podemos dizer que existe uma relação fenomenológica muito estreita entre memória e sentido de identidade, aqui entendida como a forma como uma pessoa constrói para si e para os outros a imagem e forma como deseja ser apresentada²².

Citando o estudo de Veillon sobre a Segunda Guerra Mundial através da história oral, Pollack afirma que, dependendo das circunstâncias, certas memórias surgiriam, enfatizando um aspecto ou outro, distorcendo e reinterpretando o passado. “Assim, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos”²³.

²¹ HALBWACHS, 2004, p. 14

²² POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

²³ D. Veillon, 1987, *apud* Pollak, 1989, p. 3-15.

2.3 Entre linhas e pedras: a sintonia entre Arquitetura, Monumento e Memória

A palavra latina monumentum remete para a raiz indo-européia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa 'fazer recordar', donde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os actos escritos²⁴.

As marcas do passado, carregadas de um poder que alerta e dialoga com a memória coletiva, concretizam esse passado no presente, apresentando-se como experiências tanto cognitivas quanto estéticas. É nesse contexto que os espaços arquitetônicos considerados patrimônio histórico se relacionam com a ideia de monumento, pois eles nos estimulam a exercer um senso de reconhecimento e pertencimento, trazendo à tona símbolos, imagens e experiências individuais e sociais marcadas no tempo. Atualmente, para entender os princípios que guiam a gestão de espaços arquitetônicos e locais turísticos focados no turismo cultural, é essencial revisitar os conceitos de patrimônio e de monumento histórico.

Sob a perspectiva filosófica, os monumentos desempenham um papel fundamental ao preservar a humanidade do esquecimento, fornecendo um sentido de continuidade para a vida. Essa ideia de monumento como um "universal cultural" permite escapar do fluxo do tempo individual e acessar um tempo coletivo compartilhado. Assim, os monumentos atuam como pontos de ancoragem para nossas memórias, que se reavivam ao encontrarmos espaços que simbolizam aspectos da nossa história – como a terra natal, a casa materna, a praça, a escola e o mercado. Esses locais evocam recordações comuns que ressoam com experiências universais, criando uma conexão entre o passado e o presente.

A afetividade e pertencimento, como categorias emocionais associadas ao espaço físico local, são experiências profundamente enraizadas no cotidiano daqueles que habitam um lugar, em oposição aos que apenas transitam por ele. Os residentes têm uma conexão subjetiva com seu ambiente, derivada de uma interação contínua com o espaço. Em contrapartida, quem está apenas de passagem geralmente não percebe imediatamente os significados subjacentes do local. Mesmo que tenha conhecimento prévio para contextualizar um monumento histórico, dificilmente

²⁴ LE GOFF. **Documento/Monumento**. Enciclopédia Einaudi, Porto: Imprensa Nacional -Casa da Moeda, v. 1. 1985, p. 95.

conseguirá mergulhar emocionalmente no objeto ou se envolver na dinâmica que traz o passado para o presente. Em contrapartida, quando uma comunidade estabelece uma relação emocional com seu patrimônio, ela reforça a autoestima do grupo através de um vínculo que combina conhecimento e sensibilidade.

É somente por meio do reconhecimento de seus próprios espaços que uma comunidade pode participar ativamente do planejamento e da gestão de áreas turísticas, especialmente quando o objetivo é promover um turismo cultural que reflita características mais locais do que globalizadas. As abordagens para a gestão da memória social aplicadas à conservação do patrimônio sofreram alterações significativas desde seu início, adaptando-se às necessidades históricas e culturais ao longo do tempo.

Os monumentos históricos são vistos, portanto, como criações ocidentais destinadas a reforçar valores civilizatórios, estando sujeitos a critérios seletivos que resultam em um jogo dialético entre esquecimento e rememoração, destruição e preservação. Ao entender o potencial de rememoração dos espaços e perceber que sua continuidade é fruto de decisões históricas, a comunidade se coloca em uma posição mais propícia para agir como parte de um grupo social com direitos e responsabilidades no processo decisório.

Essa anomalia de não pertencer a um lugar e isolar-se dele, pode se manifestar de várias formas, desde o desprezo por tudo que é relacionado ao grupo, evidenciado pela depredação e indiferença em relação ao espaço público, até uma crítica baseada na negatividade, que destaca o local apenas por seus problemas e aspectos negativos. Esse abalo na autoestima social, que afeta a relação entre as pessoas e seu ambiente, pode ser entendido como um esvaziamento da conexão emocional e do senso de pertencimento que deveriam ser estimulados pelos símbolos do passado.

Isso representa uma espécie de desencontro entre o habitante e o tempo vivido, acompanhado por outros dois tipos de desencontros: a falta de diálogo entre esse habitante e o planejador urbano, e a falta de conexão com o visitante. Se aquele que tradicionalmente deveria estar ligado ao espaço não o vê como um marco emocional em sua vida, ele não se preocupará em protegê-lo contra danos e interesses externos ao seu grupo, e tampouco o apresentará como um espaço rico em significado para aqueles que o desconhecem.

3 JUAZEIRINHO: “ÉS A IMAGEM DA ÁRVORE FRONDOSA”

Antes da elevação de Juazeirinho ao status de município, a localidade era uma fazenda denominada Joazeiro, sob a jurisdição de Soledade, que frequentemente servia como refúgio para tropeiros e cangaceiros que perambulavam pela região. Estes encontravam abrigo sob a sombra das frondosas árvores de Juazeiro, conhecidas por sua resistência às secas, presentes na área. A assertiva de muitos historiadores sugere que fazendas batizadas com nomes de árvores comumente desempenhavam o papel de abrigo para tais viajantes. Neste capítulo, iremos conhecer a história da cidade de Juazeirinho, perpassando os principais acontecimentos que marcaram o crescimento do município.

3.1 “Foste outrora passagem dos tropeiros”: a Fazenda Joazeiro

No princípio, a chegada dos portugueses às terras do Brasil não provocou perturbações significativas no interior. Gradualmente, os colonizadores portugueses foram tomando consciência e se apropriando das vastas extensões de terra além do litoral. Diversos elementos influenciaram diretamente esse processo de conscientização: a crise da indústria açucareira em 1650, a expulsão dos holandeses em 1654 e a descoberta do ouro em 1700. A verdadeira exploração do interior teve lugar entre os anos de 1654 e 1800.

A colonização do interior, onde atualmente está localizado Juazeirinho, foi conduzida pela família Oliveira Ledo²⁵, que desempenhou um papel crucial em nossa região. Teodósio de Oliveira Ledo, em 1695, liderou a abertura da primeira estrada²⁶ com o auxílio dos indígenas, conectando as atuais cidades de João Pessoa, Campina Grande, Soledade, Taperoá, Santa Luzia, Patos, Pombal, Sousa, Cajazeiras, Milagres, Missão Velha, Barbalha e Crato, situada na Chapada do Araripe, no Ceará. Posteriormente, utilizou essa mesma rota em uma segunda jornada em 1697. A

²⁵ Originários da região do Porto em Portugal, conhecida pela criação de gado, membros da família estabeleceram-se em Recife, antes de migrarem para o interior, nas proximidades do rio São Francisco, onde retomaram suas atividades pecuárias. Há especulações sobre a possível origem judaica convertida ao catolicismo, “novos Cristãos”, de alguns membros da família, o que é frequentemente mencionado na história local. São os principais responsáveis pela interiorização da capitania real da Parahyba. (RIETVELD, p.59)

²⁶ RIETVELD, João Jorge. **O verde do Juazeiro. João Pessoa**: Imprell, 2009. p.58.

formação histórica da Paraíba esteve intrinsecamente ligada a essa “estrada central”, que atravessou as terras de Juazeirinho, ao sul da atual BR-230, passando pelos sítios Pendência e Mucuitu. A família Oliveira Ledo deixou uma marca indelével em nossa região, como evidenciado pelo nome do município de Olivedos, resultante da combinação dos sobrenomes Oliveira e Ledo. Ana de Oliveira Ledo destaca-se como o único membro a ter seu nome perpetuado em uma extensão significativa de terra. Ana detinha vastas propriedades nos atuais municípios de Juazeirinho, Soledade, Olivedos, Cubati, Seridó e áreas adjacentes²⁷.

Em sua exploração pelo sertão em 1856, Irineu Joffily observou a presença abundante de viajantes, todos utilizando animais como meio de locomoção²⁸. Até a introdução do trem no século XX, o transporte de cargas pesadas por terra era realizado exclusivamente através do lombo de animais. No contexto histórico brasileiro, o burro emergiu como o principal animal de transporte, resultante do cruzamento entre uma égua e um jegue, originando um animal mais robusto do que o cavalo e mais resistente do que o jegue.

Os viajantes do sertão compreendiam diferentes categorias, incluindo boiadeiros, tropeiros, matutos e mascates. Os boiadeiros, sendo vaqueiros, lideravam grandes manadas de gado em direção aos centros comerciais. Por sua vez, os mascates eram comerciantes ambulantes que comercializavam seus produtos de porta em porta. Os tropeiros ou matutos constituíam homens que conduziam uma tropa de burros de um local a outro, seguindo rotas pré-estabelecidas e transportando produtos locais. Uma jornada de quinhentos quilômetros demandava aproximadamente quatorze dias. Os momentos de descanso, tanto ao meio-dia quanto à noite, eram vitais durante essas viagens e, em certo sentido, eram ainda mais desgastantes do que a própria jornada.

Em Juazeirinho, o tropeiro assumia características distintas, sendo reconhecido como o tropeiro pequeno-produtor. Sua atividade principal consistia no transporte de algodão durante os períodos de colheita nas plantações. Além de servir como ponto de descanso para os tropeiros, Juazeirinho abrigava uma fazenda conhecida como

²⁷ *Idem.* p. 61.

²⁸ JOFFILY, Geraldo. **Ireneo Joffily. Primeiro centenário da morte.** João Pessoa: Unipê, 2004, p. 18-19

Joazeiro. Historiadores sugerem que sítios com nomes de árvores serviam como locais de descanso para viajantes. A denominação da árvore juazeiro (*Ziziphus 28oazeiro*, *Rhamnaceae*) deriva da palavra “juá” do idioma tupi-guarani, que foi assimilada ao português. “Yu” significa espinho, enquanto “a” denota fruto²⁹.

De acordo com João Vital, considerado o primeiro historiador de Juazeirinho, em 1907, as terras da fazenda Joazeiro estavam sob posse dos irmãos Pedro Ferreira Barros e Henrique Ferreira Barros. A residência principal e o curral da fazenda ocupavam o local onde atualmente está situada a igreja Assembleia de Deus, orientados para o sul, enquanto o restante da área permanecia coberto por vegetação nativa. Conforme a região se tornava mais densamente povoada, ocorriam novos assentamentos. Um exemplo é a chegada da família Matias, que migrou das terras de Pocinhos e adquiriu, em 1904, a fazenda Mucuitu, localizada ao sul do atual município. Evidencia-se também um influxo significativo de pessoas provenientes do brejo, motivado pelos conflitos de terra que afligiam a região desde o século XIX, especialmente após o início do cultivo de café³⁰.

O desenvolvimento da fazenda ocorreu em decorrência da construção de estradas e do aumento populacional, resultando na sua evolução para um povoado. Residentes oriundos de diversas cidades circunvizinhas, especialmente do brejo, contribuíram para esse crescimento. Henrique de Barros, um dos pioneiros nessa transformação, construiu uma modesta residência em 1909 e doou terras para a construção de novas habitações, incentivando a fixação de novos moradores. Essa primeira casa foi erguida nas proximidades da atual Praça de São José, onde posteriormente foi construída a Igreja Matriz.

O notório desenvolvimento motivou dois indivíduos, José Felismino e Henrique de Barros, a elaborarem um plano para a criação de uma feira. Obtendo o apoio de mais cinco pessoas, formando um grupo de sete³¹, considerados os fundadores da

²⁹ RIETVELD, 2009, p. 177.

³⁰ *Ibid.* p. 186.

³¹ José Felismino da Costa Nogueira era proprietário da fazenda Aroeiras, onde comercializava gêneros de primeira necessidade e produtos farmacêuticos e Henrique de Barros era proprietário de grande parte das terras onde hoje está situado o centro urbano. Os dois idealizaram uma feira na propriedade de Henrique que além de dispor de água, era cortada pela estrada usada pelos que vinham do Sertão para Campina Grande. Incorporaram-se a essa iniciativa, outros colonos: José Batista de Azevedo, proprietário da fazenda Boa Ventura; Pedro Ferreira de Barros, agricultor; Manuel Vital Filho,

cidade, eles solicitaram autorização ao prefeito de Soledade por meio da seguinte carta:

Os abaixo-assinados moradores no lugar Joazeiro e deste município tendo em vista o desenvolvimento do mesmo Joazeiro, e sendo bastante distante não só desta vila como de outras povoações, dificultando assim a assistência dos moradores as feiras mais vizinhas, vem requerer a V. Sa. Uma licença para fundação de uma feira naquele lugar, uma vez que só pode trazer grande vantagem para este município, como seja maior desenvolvimento e por conseguinte maior renda. Os suplicantes tendo por fim único o desenvolvimento do lugar uma vez que a feira nenhum encargo traz para o município e que mais tarde virá a ser uma das principais artérias financeiras deste município. Espero que procedidas nas diligencias que forma de lei sejam-lhe concedidas respectiva licença, com isenção dos impostos durante o primeiro ano de sua fundação. Joazeiro 27 de Outubro de 1913. José Felismino da Costa Nogueira. Pedro Ferreira de Barros. José Baptista de Azevedo. Manoel Vital Filho. Avelino José dos Santos. João da Cunha Moreno³².

Após três dias o prefeito de Soledade deu seu aval para a realização da feira.

Achando justas as alegações por petionários, concedo a licença requerida e designo o dia de terça feira de cada semana para ter lugar a feira no lugar Joazeiro deste município. Soledade 30 de Outubro de 1913. O prefeito Claudino Alves da Nóbrega³³.

No dia 4 de novembro de 1913, uma terça-feira, teve lugar a primeira feira em Juazeirinho, um evento que subsiste até os dias contemporâneos. Ao longo de muitos anos, a feira destacou-se como uma das maiores no interior da Paraíba, constituindo-se como um relevante ponto de encontro ao ar livre. Tais feiras desempenhavam um papel significativo em diversas esferas, proporcionando a aquisição de bens não produzidos domesticamente, bem como servindo como um espaço social para o encontro de pessoas e disseminação de informações e o cumprimento de obrigações religiosas. Conforme abordado por Jofilly:

Os matutos saíam dos seus roçados à noite, levando suas cargas de gêneros mais diversos, desde o milho e o feijão ate as gaiolas de passarinho e carnes de caça salgadas; de madrugada já estavam no pátio das feiras, desamarrando as cangalhas, enquanto os meninos dormiam sobre os sacos e as mulheres iam rezar nas missas ou capelas, surgindo as conversas e espalhando-se as notícias, divulgadas pelos mercadores de farinha ou de

comerciante ambulante. Avelino José, pedreiro e carpinteiro, construtor da maior parte das casas então existentes; João Cunha Moreno, também fazendeiro. (Livro de Juazeirinho, 1983, p.32.)

³² RIETVELD, 2009, p. 192.

³³ *Ibid.* p. 193.

rapadura, que dispunham de tropas de animais organizadas para correr várias feiras³⁴.

Partindo disso, é de costume católico escolher um santo padroeiro para suas capelas, igrejas e prédios. A escolha do padroeiro da capela do pequeno povoado foi São José. Acredita-se que essa escolha teve dois motivos, o primeiro é que no meio dos setes fundadores da feira, três deles tem o nome José e o padre da época também se chamava José³⁵. O segundo motivo está relacionado inteiramente com as chuvas, pois o dia em que se celebra o santo, 19 de março, é o dia do equinócio, o último dia para a garantia de um bom inverno e posteriormente uma boa colheita e lucro. A devoção ao santo tornou-se crescente após a compra de uma imagem, que está presente na matriz até os dias de hoje. As festividades em honra ao santo eram sempre organizadas para acontecer em março, muitas vezes aconteciam debaixo de muita chuva, entendidas como bênçãos do céu. Apesar de ser uma coisa boa para o nordestino muitas vezes essas chuvas atrapalharam o desenvolvimento dessa tradição e para contornar esse problema, foi criada uma festividade extra no mês de outubro, por volta dos anos 1970, em comemoração à fundação da paróquia.

Essas festividades são até hoje uma grande expressão da fé católica na cidade de Juazeirinho, com participação de muitos fiéis e devotos de São José. Geralmente composta por uma semana repleta de programação com missas, palestras, momentos de evangelização e de louvor, com participação das cidades vizinhas. Essas festividades sempre são concluídas com a tradicional procissão de São José pelas ruas da cidade. Por muitos anos foi um fator para o aumento da economia local, pois, após as celebrações religiosas, tinha-se o costume das festas sociais (geralmente organizada pela prefeitura municipal) com apresentações de bandas de forró e cantores religiosos com vendas de comidas e bebidas e os famosos pavilhões que contavam com uma massiva participação dos munícipes. Essas festas influenciavam diretamente o comércio em geral. Posteriormente foi proibida a venda de bebidas alcoólicas em festas religiosas, o que rompeu com as festas sociais.

Essas festividades também tinham o intuito de arrecadar fundos para construção de diversos prédios da paróquia, como o Centro Pastoral São João Paulo

³⁴ JOFFILY, Geraldo. **O Quebra-quilo**. A revolta dos matutos contra os doutores 1874. Brasília: Thesaurus, 1974. p. 16.

³⁵ *Idem*. p.195.

Il onde funcionava o projeto Bom Samaritano (projeto social que visa ajudar crianças de baixa renda, com alimentos, reforços escolares e outras atividades, como forma de evitar que elas fiquem na rua, sujeitas ao crime e a fome), capelas e reformas na matriz. Muitas das formas de arrecadação eram atividades como as bonecas com os cordões vermelho e azul, uma prática comum no interior do nordeste e as quermesses que até hoje são práticas comuns no município.

Essas e outras atividades para arrecadação de verbas sempre foram importantes na vida da comunidade, principalmente no final da década de 20, quando padre Bethamio decidiu construir uma igreja mais ampla, o que significava um grande investimento em dinheiro para compra do material e despesas extras, principalmente em tempos tão difíceis de seca. Padre Bethamio iniciou a obra em 1929, porém quem concluiu foi o padre Virgínio em 1945. Tornou-se necessário a construção de uma igreja maior, visto que, a população em sua totalidade professava a fé católica, levando em consideração o crescimento populacional da vila, novas necessidades foram surgindo, tanto no âmbito político, quanto no social.

3.2 “Uma luta composta por paz”: a emancipação

Compreender como ocorreu a emancipação de Juazeirinho é fundamental para traçar um panorama do envolvimento de duas famílias consideradas tradicionais na cidade e como elas estiveram presentes na construção do patrimônio local, tema que discutiremos posteriormente. A população cresceu, o trem chegou em 1956, Juazeirinho foi se tornando importante, até que em 25 de julho de 1957, obteve sua emancipação política, se separando de Soledade através da lei nº 1.747, Lei da fundação do município de Juazeirinho-PB. Com isso a presença dos governos federal e estadual se torna maior com envio de verbas com intuito do funcionamento do novo município. A economia deixou de ser rural e fechada, abrindo-se a economia global. João Batista Libânio nos diz que:

A panela de barro foi trocada por alumínio, a casa de taipa pela casa feita de tijolos furados, o cavalo por uma moto, o tear pelo tecido comprado, o pilão pelo café do supermercado, a viagem a pé pelo carro, o jegue pelo trator, o rezador pelo médico, as aulas em casa pelo ensino em colégio, a parteira pela maternidade, o cuscuz pelo pão, o bate-papo pela televisão, a luz do sol

pela luz elétrica a casa no sítio pela casa na rua. Enfim, a sociedade mudou profundamente.³⁶

Entre os anos de 1951 e 1965, diversos municípios foram criados. No período em questão, a autonomia política e administrativa obtida por esses novos municípios foi considerada um fator determinante para impulsionar o desenvolvimento estrutural dessas cidades recém-criadas. Essa conquista permitiu que alterações significativas fossem implementadas nos espaços urbanos, muitas vezes justificadas por discursos de modernização e progresso, em contraposição ao que se via como o atraso associado às configurações urbanas anteriores a essas intervenções³⁷.

Desde que o município se tornou independente, uma ideia de novidade e de modernização também chegou na cidade, ao mesmo tempo, tudo que remete ao passado, tornou-se antigo, e a preservação da memória coletiva através do patrimônio, sofreu com os processos de modernização promovidos pelos indivíduos que se colocaram à frente da administração pública local, onde para muitos deles, havia a necessidade de destruir tudo o que pudesse ser considerado como velho; para dar lugar a estruturas pertencentes a uma ideia de moderno, de novo. Remodelando o espaço urbano através da criação e execução de leis³⁸.

Como parte do processo de modernização das cidades recentemente emancipadas, a preservação de estruturas mais antigas foi frequentemente negligenciada e, em alguns casos, deliberadamente descartada. Essa negligência se manifestou de diferentes maneiras: por meio de demolições imediatas, como aquelas associadas às grandes reformas urbanas que ocorreram no Brasil no início do período republicano, com a cidade de Campina Grande, na Paraíba, servindo como exemplo; ou por meio do abandono e da falta deliberada de manutenção adequada.

As decisões tomadas pelos gestores em relação à instalação de diversos equipamentos urbanos, como mercados e praças públicas, bem como os diferentes métodos para preservar a memória por meio da promoção da história local e da valorização do patrimônio da cidade, influenciam diretamente a dinâmica do dia a dia e a maneira como a população local se identifica com seu ambiente. Uma consequência notável desse processo é o predomínio da vida urbana em detrimento

³⁶ LIBANIO, João Batista. **Eu creio, nós cremos. Tratado da fé**. São Paulo: Loyola, 2000, p. 110.

³⁷ SANTOS JUNIOR, G. H. dos. **Patrimônio histórico, memória e esquecimento em Juazeirinho-PB (1980-2000)**. 2021. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2022. p.15.

³⁸ *Ibid.* p.16.

da vida rural, resultado da redução do valor das áreas rurais e de sua produção em comparação com os investimentos destinados à estruturação dos centros urbanos.

A emancipação foi o início de um "duelo"³⁹ pelo poder entre as famílias Marinheiro e Matias, que se destacaram por suas disputas e rivalidades no contexto do novo município em desenvolvimento. Esses diferentes políticos conduziram seus mandatos em meio a diversos conflitos familiares gerados pela disputa por esses e outros cargos públicos. Essas disputas acabaram por transpor a esfera familiar e influenciaram a vida pública, uma vez que os políticos buscaram conquistar a confiança dos eleitores enquanto o Brasil vivia (e continua vivendo) diferentes contextos políticos ao longo do período entre 1959 e 2020. Assim como nos fala Santos Junior:

O primeiro mandato de um prefeito na cidade, no ano de 1959, foi exercido por Severino Pascoal de Oliveira, pertencente à família Marinheiro e que entre 1953 e 1957 foi prefeito de Soledade - PB, o que denota a extensão de sua influência na região, migrando da administração de uma antiga cidade-sede para a primeira gestão do município recém criado, em 59. Seu filho, Pedro Pascoal de Oliveira, assumiu a administração do município em dois mandatos, o primeiro iniciado em 1968 e o segundo em 1988, respectivamente durante o período em que o Brasil ainda passava por uma ditadura militar e no ano de promulgação da constituição federal de 1988; sendo, por isso, um indivíduo cujo poder de influência na política atravessou os "anos de chumbo" e conseguiu ascender ao poder mesmo no período democrático⁴⁰.

Com o passar do tempo, outras pessoas, aparentemente sem conexões diretas com as famílias Matias e Marinheiro, assumiram o poder. No entanto, à medida que as investigações se aprofundaram, ficou evidente que havia vínculos entre esses indivíduos e as referidas famílias. Essa constatação foi fundamental para identificar determinadas tendências de atuação que, em alguns casos, foram mantidas, e em outros, foram interrompidas por esses dois grupos e suas redes de apoio. Isso sugere uma predominância de mandatos influenciados pela família Marinheiro e Matias⁴¹.

Dessa forma, podemos entender que a perpetuação dessas famílias no poder teve um impacto significativo na formação política, social e histórica do município de

³⁹ Gilvan Herminio dos Santos Junior, utilizou o termo "duelo" para definir os embates políticos travados pelas famílias Matias e Marinheiro, à medida que buscavam manter-se no poder do município. Esses conflitos políticos mobilizaram e continuam mobilizando várias gerações dessas duas famílias, caracterizando-se por uma forte influência sobre as estruturas de poder local. (SANTOS JUNIOR, G. H. dos. *Idem*, p. 22.)

⁴⁰ *Idem*, p. 23.

⁴¹ *Ibid.* p. 23.

Juazeirinho. A influência direta exercida por essas famílias na construção e na demolição de espaços públicos teve um efeito prejudicial na preservação de diversos monumentos e edifícios públicos. Com frequência, esses prédios são remodelados para se alinhar com novas propostas, buscando inovar em detrimento de preservações históricas.

Por essas e outras razões, tornou-se imperativo compreender a dinâmica do poder associada ao mais alto cargo na administração municipal. Sem desconsiderar que outros níveis de gestão pública exercem uma influência significativa na tomada de decisões e na execução de diversas políticas públicas, incluindo aquelas relacionadas à gestão do patrimônio histórico e cultural local.

Dessa maneira, as decisões dos gestores em relação à implantação de diversos equipamentos urbanos, como mercados e praças públicas, bem como aos diferentes modos de tratar a memória através do fomento à história local e à valorização dos bens do patrimônio da cidade, impactam significativamente a dinâmica cotidiana e a forma como a população local se identifica. Uma característica marcante desse fenômeno é o predomínio da vida urbana sobre a vida rural, resultado da desvalorização das zonas rurais e de sua produção em comparação com o investimento realizado na infraestrutura do centro urbano⁴².

Do mesmo modo, as famílias consideradas como de grande importância para o desenvolvimento da cidade, atuam no sentido de manter-se no poder, perpetuando a afirmação de uma força da tradição dos seus sobrenomes enquanto assumem o papel de modernizadores da vida social e urbana; tanto estando no poder, como gerando emprego para a própria família, enquanto produzem uma economia das trocas sociais e simbólicas na cidade, através de práticas políticas como o clientelismo, o nepotismo e o mandonismo⁴³.

Desta maneira, ao forjar um sentimento de aproximação e intimidade, e ao mesmo tempo criar um senso de compromisso da população para com seus membros, essas famílias estabelecem laços de dependência e fidelidade com seus eleitores ou aliados. Dessa maneira, diferentes grupos políticos polarizaram o poder municipal e desenvolveram diversas estratégias para ocupar os cargos de níveis mais elevados na hierarquia e na organização da sociedade, com o objetivo crucial de exercer seu poder político. Assim funciona a cidade, um lugar de diversas transformações e

⁴² *Idem*, p.25.

⁴³ *Ibid.* p.25.

apropriações, onde o espaço público se torna objeto de intervenções e, simultaneamente, é enriquecido continuamente com novos atributos⁴⁴.

Diante desse cenário de possibilidades interpretativas, é necessário destacar a escassa produção historiográfica sobre Juazeirinho, que se limita a alguns trabalhos. Assim, a sociedade é levada a conhecer e interpretar a história da cidade a partir de uma perspectiva que não aborda os muitos conflitos e contradições que enriqueceram sua trajetória ao longo do tempo. Frequentemente, os autores locais tendem a privilegiar a escrita de biografias de figuras consideradas eminentes na história local, com pouca atenção às histórias de personagens das camadas populares, que também são fundamentais para compreender o desenvolvimento do município. Essas narrativas, aparentemente simples, acabam por reforçar um determinado regime de verdade, ou seja, aquilo que cada sociedade adota e promove como verdade em sua memória coletiva e em seu cotidiano.

Vale ressaltar que recentemente, através das redes sociais, surgiu a página “Arquivo Joazeiro” que nos apresenta em seus *posts*, histórias e narrativas dos moradores esquecidos e dos que não são considerados importantes pela maioria dos municípes. O perfil reúne um acervo fotográfico de pessoas, prédios e eventos sociais que constituíram a história do município de Juazeirinho-PB. Isto nos alerta acerca da necessidade insurgente de preservar os arquivos da história do município, principalmente o seu patrimônio material.

⁴⁴ *Idem.* p.26-27.

4 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE JUAZEIRINHO

Enquanto a década de 1990 foi marcada por uma tendência global de valorização e preservação de bens relacionados às memórias e histórias de diversas comunidades, o município de Juazeirinho parece seguir uma direção oposta. Ao invés de proteger marcos físicos, a cidade prioriza uma política de memória que se manifesta através de marcos simbólicos, homenageando figuras consideradas importantes ao atribuir seus nomes a prédios públicos, praças e ruas⁴⁵. Muitos desses nomes são amplamente reconhecidos pela população, pois representam indivíduos que contribuíram de diversas maneiras para a construção de Juazeirinho, seja na esfera política, econômica, social ou religiosa, como vereadores, deputados, comerciantes, professores e padres. Contudo, é importante destacar que o município não possui nenhum tipo de monumento ou estátua que represente essas pessoas.

Essa preferência pela nomeação de espaços físicos, em detrimento de uma política voltada para a construção de monumentos, reconhecimento e preservação de estruturas antigas de valor histórico e arquitetônico, levou à descaracterização e até mesmo à demolição de algumas dessas estruturas antigas. Esse processo foi frequentemente justificado pelo desejo de modernizar os espaços, com ações tomadas pelos próprios proprietários.

Neste capítulo, exploraremos as nuances da preservação do patrimônio histórico do município e a relação que esse patrimônio estabelece com a sociedade. Discutiremos como a proteção e a valorização de monumentos, edifícios, e outros marcos históricos impactam a identidade coletiva e o sentido de continuidade histórica para os habitantes locais. Além disso, analisaremos o papel da sociedade na manutenção e na interpretação desses elementos patrimoniais, bem como as políticas públicas envolvidas em sua preservação. Além de realizar uma análise sobre o estado atual do patrimônio histórico de Juazeirinho, buscando identificar os desafios envolvidos na preservação e valorização desses bens.

⁴⁵ *Ibid.* p. 23.

4.1 A Conexão entre História e Identidade Comunitária de Juazeirinho

A atribuição de nomes a ruas e edifícios públicos reflete a perpetuação das memórias consideradas coletivas na cidade. Isso sugere que tais denominações são vistas pelos gestores como instrumentos para promover um sentimento de identidade entre os cidadãos. Exemplos desta prática incluem a Praça Januário Cordeiro de Azevedo, localizada na entrada do Conjunto Frei Damião, cuja construção teve início durante o segundo mandato do homenageado como prefeito de Juazeirinho, em 1982; a Escola Pedro Pascoal de Oliveira, batizada em honra do prefeito que administrou a cidade entre 1968 e 1988; o Centro de Artesanato e Comercialização Dr. Antônio Marinheiro, nomeado em homenagem a Antônio Severino de Oliveira Marinheiro, vice-prefeito da cidade em 1996; e a Escola Severino Marinheiro, que leva o nome de Severino Pascoal de Oliveira, primeiro prefeito da cidade, que tomou posse em 1959⁴⁶.

Essas ações incluem a denominação de espaços públicos para manter viva a memória de indivíduos considerados eminentes moradores do município (mesmo que esses homenageados pertençam a famílias que historicamente ocuparam posições de poder); a contribuição e participação em festividades religiosas locais; e a elaboração de leis para regulamentar a patrimonialização de bens da cidade, sejam eles materiais, naturais ou imateriais.

É fundamental reconhecer que a identificação e a preservação dos bens do patrimônio local são essenciais para fomentar a memória e a história da cidade. Ao fazer isso, damos um passo positivo no cuidado tanto dos elementos físicos do patrimônio, como prédios e praças, quanto da memória coletiva da cidade, especialmente aquelas lembranças mantidas pelas pessoas que vivenciaram períodos significativos para a comunidade e que transmitem suas histórias por meio da oralidade. Entretanto, em Juazeirinho, a escolha dos bens que devem ser preservados, dos nomes que devem ser homenageados em ruas e espaços públicos se dá principalmente pelo poder legislativo, através de votações nas sessões ordinárias.

⁴⁶ *Ibid.* p. 28.

Vale ressaltar, que a iniciativa para buscar e preservar essas memórias, consideradas como documentos-monumentos da cidade, não deve ser vista como responsabilidade exclusiva do poder público, mas deve ser promovida e incentivada entre os membros da comunidade. A participação ativa da população é crucial para garantir que essas memórias sejam resgatadas, preservadas e transmitidas às futuras gerações. Iniciativa esta que não ocorre em Juazeirinho, com frequência, salvo em acontecimentos recentes, quando durante a reforma de uma das maiores praças municipais (Figura 1), todas as árvores foram derrubadas sob a justificativa de ampliação desses espaços de sociabilidade, causando grande revolta na população.

Figura 1- Praça São José



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Assim, a ausência de dados relacionados à prática da educação patrimonial ou ao ensino da história local não é mera coincidência. Durante esta pesquisa, não foi possível identificar nenhum documento que respaldasse tais práticas como parte do currículo local, sendo a história local estudada apenas em anos comemorativos, por exemplo os 100 anos de fundação de Juazeirinho no ano de 2013, fora dessas datas não há nenhuma menção à história local. A educação formal desempenha um papel crucial na formação das identidades locais e na preservação da memória coletiva, e é por isso que acreditamos que as escolas do município deveriam incorporar temas relacionados à história e ao patrimônio locais, especialmente considerando sua relevância para Juazeirinho.

Além disso, é evidente a necessidade de se registrar e proteger formalmente alguns bens que poderiam ser considerados parte do conjunto patrimonial da cidade, além daqueles já reconhecidos. Os instrumentos legais, como o registro e o

tombamento, podem facilitar a obtenção de recursos e promover ações específicas para a preservação e conservação dos bens do patrimônio local. Essa abordagem é fundamental para evitar que a população perca de vista que os elementos físicos presentes na paisagem urbana de Juazeirinho são parte integrante de sua história e devem ser valorizados como tal.

Os documentos identificados durante esta pesquisa sobre o tema incluem:

- a) A Lei Orgânica do Município de Juazeirinho, que data de 05 de abril de 1990, a qual, em seu Título VI, entre outras coisas, dispõe:

Art. 104- São considerados Patrimônio Histórico do Município de Juazeirinho:

- I- A Pedra Bonita, localizada no Sítio Poço da Pedra;
- II- O Sobrado antigo da esquina da Rua Quintino Bocaiúva com a Praça Antônio Marinheiro;
- III- O Açude da Escurinha.

- b) E o Requerimento nº 037/2018, que trata da criação da Lei de Tombamento Municipal e cujo requerente foi o então vereador Antônio Batista de Lima Neto (mais conhecido como Toca).⁴⁷

O requerimento nº 037/2018 pode ser visto como uma iniciativa para especificar e aprimorar a Lei Orgânica do Município, visando atender as demandas específicas da comunidade naquele momento. No entanto, não tivemos acesso ao resultado da análise deste requerimento. Mesmo assim, é possível afirmar que os sucessivos administradores da prefeitura de Juazeirinho demonstraram preocupação com a preservação da memória e do patrimônio locais, adotando diversas medidas para alcançar esse objetivo. Embora a Lei Orgânica do Município contemple a proteção do "sobrado antigo da esquina da Rua Quintino Bocaiúva com a Praça Antônio Marinheiro", parece haver uma crescente negligência na manutenção de edifícios históricos. Considerando que o prédio, possui o andar térreo modificado para a residência de uma família, encontrando-se em péssimas condições de preservação.

Salientamos também, uma escassa produção historiográfica a respeito da história do município, tendo como produção os seguintes autores, Naara Selomith de Assis Batista, com a pesquisa, Ao som da história: arte e juventude através da banda

⁴⁷ *Ibid.* p. 40-41.

de música São José de Juazeirinho – PB (1950-1970) – UVA 2009; José Júnior Romão com a pesquisa, A chegada do trem em Juazeirinho: uma história contada sobre trilhos – UVA 2010; Elânia Nunes de Oliveira, com a pesquisa, A pedra bonita: patrimônio arqueológico de Juazeirinho – PB e o ensino de história – UVA 2012; Josenildo Marques da Silva, com a pesquisa, Um novo pai dos pobres? Representação do governo Wilson Braga no Jornal Gazeta do Cariri – UEPB 2012; Damiana Miguel dos Santos, com a pesquisa, História e memória de professoras de Juazeirinho – PB: contribuições para a história da educação.

A obra supracitada nesta pesquisa, escrita pelo Padre João Jorge Rietveld,⁴⁸ é a única que narra a história do município desde os primórdios da colonização portuguesa até 2009, ano de sua publicação. Apesar de ter como foco principal a história eclesial da Paróquia São José, o livro também apresenta importantes momentos da história do município. O fato de o autor ter tido acesso privilegiado a certos documentos, como os livros de tombo, em razão de sua posição como padre, permitiu que muitas partes da história anteriormente ocultas fossem resgatadas e compartilhadas com o público.

Consideramos então que essa escassez de estudos sobre a história do município pode ser atribuída à falta de incentivo para a preservação da memória local e à falta de incentivo para pesquisas sobre a história da região. Essa falta de incentivo,

⁴⁸ Nascido em Geldrop, Holanda, em 10 de setembro de 1953, filho de Estella Isabella Estefanie Calon e Jan Joost Rietveld, o pároco que, no nordeste do Brasil facilmente e simplesmente seria reconhecido como “Padi João”, é Jan Joris Rietveld, o filho mais velho de oito irmãos. Sendo considerado como um “missionário centopeia”, sua vida se dá em muitos lugares e se faz envolta na conciliação de muitos ofícios. Fruto de uma família católica e abastada, Jan Joris nutriu a vontade de ingressar pelos caminhos do seminário desde muito novo, mas os planos foram momentaneamente frustrados devido a contrariedade de seu pai. [...] Sua primeira estadia no Brasil foi no Amazonas (1982) e na região nordeste em Sergipe (1983), retornando mais uma vez para a Holanda e dessa vez para concluir mestrado em Teologia missionária na Universidade de Heerlen-Nijmegen (1979-1986). Seu retorno ao Brasil se dá em 30 de janeiro de 1986, compondo uma equipe missionária de padres redentoristas holandeses, dessa vez em Monteiro, Paraíba. Local onde é ordenado padre secular, em fins do ano de 1987. [...] Padre João tem contato com sítios arqueológicos e pinturas rupestres em Monteiro, onde atuou como cooperador em 1988 e, posterior a esta, se tornou vigário da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro de 1989 a 2002 – o local fica a cerca de 36Km de Monteiro [...] Quando chega a Paróquia de São José de Juazeirinho em 2002, esta tem 30 anos de fundação (1964) e quatro padres tendo passado por sua administração. Sendo um destes enquanto “pró-paróquia”, o Padre José Rodrigues, pároco residente na sede da paróquia de Soledade e três párocos na paróquia já estabelecida; Padre Antônio Apolinário (1965-1970); Padre João Batista (1972-1991) e Padre Possiano (1991-2002). A paróquia, que inicialmente compete aos municípios de Juazeirinho, Santo André, Tenório e parte de Assunção – PB, passa por muitas modificações e na chegada de Padre João é composta apenas por Juazeirinho, Santo André e Tenório. (VIEIRA, 2020, p. 30-36).

como já mencionado anteriormente, tem um impacto direto na construção da identidade histórico-social dos habitantes de Juazeirinho, resultando em uma espécie de indiferença da sociedade para com sua própria história.

4.2 Inventário do Patrimônio Histórico de Juazeirinho

A seguir, apresentamos um inventário de alguns prédios que compõe o patrimônio material⁴⁹ do município de Juazeirinho-PB, fazendo uma comparação entre fotografias antigas e atuais.

Sobrado de José Felismino Nogueira

Figura 2- Sobrado de José Felismino



Fonte: Arquivo Joazeiro (2023). Disponível em:

<https://www.instagram.com/arquivojoazeiro?igsh=MTVha2I5d2RldHdkMg==>. Acesso em: 08 maio 2024.

Entre os monumentos que remetem a momentos significativos da história de Juazeirinho, o sobrado de José Felismino Nogueira (Figura 2) é certamente um dos mais representativos. Situado na esquina da rua Quintino Bocaiuva, anteriormente chamada de João da Mata, sua construção teve início em 1923, sob a liderança do mestre Cícero de Souza, conhecido por sua habilidade na execução de diversas obras

⁴⁹ Ressaltamos a existência de outros prédios que devem ser inventariados posteriormente, com o objetivo de preservá-los, como o casarão da família Marinheiro, localizado próximo à praça São José, construído na década de 1920 pelo português José Ferreira Tavares. Antigo casarão localizado na rua principal, antigo restaurante da Senhora Júlia. Três casas localizadas ao lado da Igreja Matriz que serviam para encontros da família Marinheiro sendo a da esquina (hoje um comércio) antigo local de beneficiamento do algodão. A estação ferroviária, a ECIT Deputado Genival Matias, entre outros.

na Vila. O sobrado foi concluído e inaugurado apenas em 1926. O sobrado ainda exhibe marcas da presença desse ilustre residente do povoado e da Vila Joazeiro, visíveis, por exemplo, nas iniciais do primeiro proprietário que adornam a fachada do edifício (figura 3).

Figura 3 - Sobrado de José Felismino atualmente



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O Sobrado de José Felismino testemunhou uma série de acontecimentos significativos em Juazeirinho, tendo servido como residência de políticos locais e como sede de uma rádio difusora, o que o transformou em um importante veículo de comunicação e até mesmo um espaço para programas de alfabetização e formação educacional da população. Com o passar do tempo, o sobrado também abrigou uma variedade de outros serviços, como bar, consultório odontológico, cinema e coletoria estadual. Assim, o edifício teve uma função multifacetada, refletindo as mudanças e necessidades da comunidade ao longo das décadas. Como já citado nessa pesquisa, em 5 de abril de 1990, a Lei Orgânica de Juazeirinho declarou o Sobrado de José Felismino como patrimônio histórico do município, com o objetivo de garantir sua preservação.

Igreja Matriz de Juazeirinho

Figura 4 - Igreja Matriz de Juazeirinho



Fonte: Arquivo Joazeiro (2023). Disponível em:

<https://www.instagram.com/arquivojoazeiro?igsh=MTVha2I5d2RldHdkMg==>. Acesso em: 08 maio 2024

Após a realização da primeira feira no povoado, surgiu a ideia de erigir uma capela. De acordo com relatos orais da comunidade de Juazeirinho, a primeira missa na capela foi celebrada no Natal de 1914. No final da década de 1920, o padre Bethamio tomou a decisão de construir uma igreja maior para acomodar a crescente comunidade (figura 4). A obra foi iniciada em 1929, mas foi concluída apenas em 1945 pelo padre Virgínio. A construção foi planejada em etapas para evitar interromper as atividades da capela existente. Segundo o relato do padre João Jorge, a construção foi dividida em pelo menos três fases. Desta forma, a evolução da igreja foi um processo gradual, refletindo as dificuldades e desafios enfrentados ao longo das décadas (figura 5).

O mestre de obras responsável pela construção foi Manoel Francisco de Medeiros, e o projeto envolveu provavelmente o maior e o primeiro mutirão da cidade. A equipe de trabalho contava com pedreiros como Manoel Medeiros, o Velho Martins, e ajudantes como Ramiro, Adalto Genésio, Chico Virgínio, e Gabriel Valdevino. A parte interna da igreja, incluindo o forro, o coro e as portas, foi realizada pelo marceneiro Antônio Colaço da Silva. O altar-mor foi criado por um artista de Parelhas. O design da fachada da matriz foi uma ideia de Manoel Francisco, que encontrou uma planta em uma revista e decidiu aplicá-la, resultando em uma fachada que se assemelha

bastante à igreja de Araruna. As despesas com a construção foram cobertas principalmente por meio de eventos festivos e do trabalho voluntário dos membros da comunidade. Este espírito de cooperação e compromisso comunitário foi fundamental para a conclusão do projeto.

Figura 5 - Igreja Matriz de Juazeirinho atualmente



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Mercado Público

Figura 6 - Mercado Público de Juazeirinho



Fonte: Arquivo Joazeiro (2023). Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivojoazeiro?igsh=MTVha2l5d2RldHdkMg==>. Acesso em: 08 maio 2024.

Entre os edifícios construídos em Juazeirinho que ainda estão de pé, o mercado municipal, atualmente conhecido como Empório, é um dos mais significativos e desperta muitas lembranças na comunidade local. A construção do edifício teve início antes mesmo da emancipação política da cidade, ocorrida em 1957. Severino Paschoal de Oliveira, foi o responsável pela viabilização da construção do mercado em 1953 (figura 6).

Figura 7 - Empório Joazeiro (antigo mercado público), atualmente.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Após sua inauguração, o prédio passou por várias reformas, mantendo, no entanto, uma parte significativa de sua estrutura original (figura 7). O edifício destacou-se por suas diversas formas de uso ao longo dos anos, como espaço para bailes, cinema, centro de abastecimento (ceasa), ringue de lutas e até mesmo como local para comemoração de festas tradicionais da cidade, como Carnaval e São João.

Rodoviária

Figura 8 - Antiga Rodoviária de Juazeirinho



Fonte: Arquivo Joazeiro (2023). Disponível em:

<https://www.instagram.com/arquivojoazeiro?igsh=MTVha2I5d2RldHdkMg==>. Acesso em: 08 maio 2024

A rodoviária de Juazeirinho é um exemplo representativo das diversas transformações que ocorreram no espaço urbano desse município ao longo de mais de meio século. Antes de sua construção, que provavelmente foi concluída durante o segundo mandato do prefeito Januário Cordeiro de Azevedo (1983-1989), havia uma estrutura improvisada próxima à Igreja Católica, no centro da cidade, onde ônibus paravam e produtos eram comercializados. Esse local era conhecido pelos moradores como "abrigo".

O espaço (figura 8), consistia apenas em uma cobertura semelhante a uma tenda, onde pequenos comerciantes informais se reuniam para vender pipocas, balas e outros produtos. A mudança do "abrigo" para uma rodoviária formal refletiu o desenvolvimento urbano e a evolução das infraestruturas públicas em Juazeirinho ao longo do tempo. A rodoviária foi demolida durante a administração do prefeito Bevilacqua Matias, e em seu lugar foi construído um ponto de parada para os serviços de transporte alternativo do município.

Figura 9 - Construção da nova Rodoviária



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Durante a gestão de Bevilacqua Matias, havia uma promessa de construção de uma nova rodoviária (figura 9), uma obra que foi aprovada e agora começa a ser implementada no mandato da atual prefeita, Anna Virginia Matias. Esse projeto representa um avanço significativo na infraestrutura de transporte de Juazeirinho e reflete os esforços da administração municipal para melhorar os serviços e comodidades para a população.

Colégio Municipal Severino Marinheiro

Figura 10 - Colégio Municipal Severino Marinheiro, em 1983



Fonte: Arquivo Joazeiro (2023). Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivojoazeiro?igsh=MTVha2I5d2RldHdkMg==>. Acesso em: 08 maio 2024.

O colégio foi construído durante a gestão do prefeito Pedro Pascoal de Oliveira e teve sua fundação em 31 de janeiro de 1973. Inicialmente, ele foi chamado de Ginásio Municipal Severino Marinheiro, conforme a Lei nº 68/1972, mas o nome foi posteriormente alterado para Colégio Municipal Severino Marinheiro, de acordo com a Lei de 5 de fevereiro de 1974. Quando a escola foi inaugurada, tinha aproximadamente 255 alunos matriculados e 10 salas de aula, número que posteriormente aumentou para 14 salas. Até 1983 (figura 10), durante a primeira década de sua fundação, a escola ganhou notoriedade pela sua banda marcial, um diferencial que refletia a abrangência do ensino oferecido, que já se estendia até a 3ª série do 2º grau (equivalente ao atual 3º ano do ensino médio). Atualmente, a escola permanece como o principal centro de ensino em Juazeirinho (figura 11), oferecendo todo o ciclo do ensino fundamental. De acordo com o censo escolar de 2022, a escola contava com 1.182 alunos matriculados e 55 professores.

Figura 11 - Escola Municipal Severino Marinheiro atualmente



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

4. CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os impactos da preservação do patrimônio histórico na construção da identidade histórica do município de Juazeirinho-PB, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Com um enfoque específico sobre o patrimônio histórico do município e sua má preservação. Busca-se compreender os impactos desse esquecimento na construção sócio-histórica do município. Considerando que as marcas do passado, imbuídas de um poder que alerta e dialoga com a memória coletiva, materializam esse passado no presente, apresentando-se como experiências tanto cognitivas quanto estéticas, os espaços arquitetônicos classificados como patrimônios históricos se relacionam com a ideia de monumento. Estes espaços estimulam o exercício de um senso de reconhecimento e pertencimento, evocando símbolos, imagens e experiências individuais e sociais ao longo do tempo.

Sob a perspectiva filosófica, os monumentos desempenham um papel crucial na preservação da memória coletiva, fornecendo um sentido de continuidade para a vida. A concepção de monumento como um "universal cultural" permite transcender o fluxo do tempo individual e acessar um tempo coletivo compartilhado. Dessa forma, os monumentos atuam como pontos de ancoragem para nossas memórias, que se reavivam ao encontrarmos espaços que simbolizam aspectos da nossa história, como a terra natal, a casa materna, a praça, a escola e o mercado. Esses locais evocam recordações comuns que ressoam com experiências universais, criando uma conexão entre o passado e o presente.

A afetividade e o sentimento de pertencimento, como categorias emocionais associadas ao espaço físico local, constituem experiências profundamente enraizadas no cotidiano daqueles que habitam um lugar, em contraste com os que apenas transitam por ele. Os residentes desenvolvem uma conexão subjetiva com seu ambiente, derivada de uma interação contínua e íntima com o espaço. Em contrapartida, aqueles que estão apenas de passagem geralmente não percebem imediatamente os significados subjacentes do local. Mesmo possuindo conhecimento prévio para contextualizar um monumento histórico, dificilmente conseguem imergir emocionalmente no objeto ou envolver-se na dinâmica que traz o passado para o presente. Contudo, quando uma comunidade estabelece uma relação emocional com

seu patrimônio, ela reforça a autoestima do grupo por meio de um vínculo que combina conhecimento e sensibilidade. Isso destaca a necessidade de preservar os patrimônios que estabelecem esse elo de afetividade e pertencimento.

Diante dessas constatações, e ao longo da realização desta pesquisa, observou-se que o município de Juazeirinho não dedica o cuidado necessário ao seu patrimônio histórico. Esse descaso resulta em uma série de problemas atualmente identificados, tais como a falta de leis municipais de salvaguarda dos símbolos históricos do município. Muitos dos cidadãos não conhecem verdadeiramente sua própria história, tendo apenas conhecimento fragmentado e superficial de alguns aspectos dela. Surge, assim, a necessidade de uma educação patrimonial que abranja os diversos aspectos históricos do município, como forma de resgate e conscientização acerca da importância de uma construção histórica séria e responsável. O objetivo é resgatar os principais patrimônios materiais e imateriais do município e preservá-los, promovendo um maior conhecimento da história local.

Durante a pesquisa, foram identificadas algumas limitações. Essas limitações estão relacionadas principalmente à concentração do conhecimento histórico em poucos arquivos, muitos dos quais não possuem acesso facilitado para a pesquisa, como arquivos pessoais, em grande parte pertencentes a indivíduos que não residem mais em Juazeirinho, e livros de tombo. Observou-se também uma escassa variedade de fontes escritas que relatam a história de Juazeirinho, muitas das quais apresentam uma visão mais geral do município. Torna-se urgente a necessidade de iniciativas que incentivem a produção historiográfica por meio de novas pesquisas, sejam elas escritas ou orais, que possam relatar a história do município de maneira mais abrangente e detalhada.

Em suma, esta pesquisa proporcionou uma rica experiência de aprendizado sobre a importância do patrimônio histórico material na construção da identidade histórica das sociedades. Dessa forma, a investigação permitiu o aprofundamento no conhecimento de relatos históricos sobre o início do município, sua formação e desenvolvimento, bem como sobre o início da exploração da Paraíba pela família Oliveira Ledo, elemento fundamental para o desenvolvimento da então Capitania Real da Parahyba.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Bauru: EDUSC, 2007.

Arquivo Joazeiro. Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivojoazeiro?igsh=MTVha2I5d2RldHdkMg==>. Acesso em: 08 maio 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **É possível um ato desinteressado?** In: __. Razões Práticas sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

CAMPOS, Luana Carla Martins. **Políticas de preservação do patrimônio no mundo globalizado: o ICMS cultural e a regionalização da proteção dos acervos culturais em Minas Gerais.** In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (orgs.). Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 59-75.

CARVALHO, Antônio Carlos de. **Preservação do patrimônio histórico no Brasil: estratégias.** Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Unirio, vol. 4 no 1 – 2011.

CATÃO, Leandro Pena (orgs.). **Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual.** Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 59-75.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Tradução de Maria de Lourdes de Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel de. **Uma cultura muito ordinária.** In: _____. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 3. ed. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica.** São Paulo: Perspectiva, 1991.

FONSECA, Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural.** In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. **Tempo e patrimônio.** Varia História. Belo Horizonte, PPGHis-UFMG, v. 22, n. 36, jul./ dez. 2006, p. 261-273.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da capitania da Paraíba – 1639**. João Pessoa: A União, 1982.

HORTA, M. de L. P; GRUMBERG, E. & MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação patrimonial**. Brasília: IPHAN/MinC; Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio: Aeroplano, 2000.

JOFFILY, Geraldo. **Ireneo Joffily. Primeiro centenário da morte**. João Pessoa: Unipê, 2004.

JOFFILY, Irenêo. Livro 1. Notas sobre a Parahyba. Livro 2. Seleção das crônicas de Irenêo Joffily. Brasília: Thesaurus, 1977.

JORGE, Virgolino Ferreira. Patrimônio e identidade nacional. **Revista Engenharia Civil**, v. 9, p. 5-11, 2000.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. Enciclopédia Einaudi, Porto: Imprensa Nacional -Casa da Moeda, v. 1, p. 95-106, 1985.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LIBANIO, João Batista. **Eu creio, nós cremos. Tratado da fé**. São Paulo: Loyola, 2000.

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – Paraíba. **Livro do Município de Juazeirinho**. João Pessoa: Gráfica J.B. Ltda, S/d.

LONDRES, Cecília. **O patrimônio histórico na sociedade contemporânea**. RIHGB, ano, v. 166, p. 165-175, 2007.

LOWENTHAL, D. **El pasado es un país extraño**. Madrid: Akal Universitária, 1998. p.7.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico**. História em Revista, v. 10, n. 10, 2004.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo culturais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, José Newton Coelho. **Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades**. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de;

MOREIRA RODRIGUES, C. Cidade, Monumentalidade e Poder. **GEOgraphia**, v. 3, n. 6, p. 42-52, 21 set. 2009.

NEVES, Joana. **Participação da comunidade, ensino de História e cultura histórica**. Saeculum- Revista de História, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 6/7, 1999, p. 35-47.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.1993.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico**: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; LOPES, Caryl Eduardo Jovanovich. Monumento, monumentalidade, valor e poder: interações com a memória e preservação arquitetônica. **METAgaphias**, [S. l.], v. 3, n. 3, 2018. DOI: 10.26512/mgraph.v3i3.19762. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/metagraphias/article/view/19762>. Acesso em: 29 abr. 2024.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1999, p. 3-15.

POLLAK, **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.14.

Portal da Legislação, c2022, passim. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>>. Acesso em 14 de fev. de 2024.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A memória e o mundo contemporâneo**. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael. (Org.). Entretenimento, Felicidade e Memória: forças moventes do contemporâneo. São Paulo: Anadarco, 2013.

RIETVELD, João Jorge. **O verde do Juazeiro**. João Pessoa: Imprell, 2009.

SANTOS, Cecília Rodrigues. **Novas fronteiras e novos pactos para o Patrimônio Cultural**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 43-48.

SANTOS JUNIOR, G. H. dos. **Patrimônio histórico, memória e esquecimento em Juazeirinho-PB (1980-2000)**. 2021. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2022.

SEVERO, Fernanda. Espaço arquitetônico e espaço turístico: memória, história e simulacros. **SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM TURISMO DO MERCOSUL. Caxias do Sul. Anais do II Seminário de Pesquisas em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul: UCS**, 2004.

VIEIRA, Mirelle Neres. **“Meu amigo Pe. João”**: uma Juazeirinho pelos olhos de um pároco holandês. 2020. 56 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2021.